

---

SUMÁRIO DO CONVITE Nº. 001/2020

PAG.

- 1.0 - DO OBJETO
- 2.0 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- 3.0 - DO PRAZO
- 4.0 - DOS ELEMENTOS DA LICITAÇÃO
- 5.0 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO
- 6.0 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
- 7.0 - DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE
- 8.0 - DOS ARQUIVOS DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DE PROPOSTA
- 9.0 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ARQUIVO Nº 01)
- 10.0 - DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA TÉCNICA (ARQUIVO Nº 02)
- 11.0 - DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA DE PREÇO (ARQUIVO Nº 03)
- 12.0 - DA ORDEM DOS TRABALHOS E JULGAMENTO
- 13.0 - DO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
- 14.0 - DO JULGAMENTO DA PROPOSTA
- 15.0 - DA NOTA FINAL E DO JULGAMENTO
- 16.0 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO
- 17.0 - DO CONTRATO
- 18.0 - DA SUBCONTRATAÇÃO
- 19.0 - DO REAJUSTAMENTO
- 20.0 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE, DA CONTRATADA E DA FISCALIZAÇÃO.
- 21.0 - DOS PROCEDIMENTOS DE PAGAMENTO
- 22.0 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 23.0 - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS
- 24.0 - DA RESCISÃO DO CONTRATO
- 25.0 - DA PARALISAÇÃO DOS SERVIÇOS
- 26.0 - DOS RECURSOS
- 27.0 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

## CONVITE Nº 001/2020

A **FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO DE EXTENSÃO E PESQUISA – FUNDEPES** torna público para conhecimento dos interessados, que na data, horário e local indicado fará realizar licitação na modalidade CONVITE, na forma de Execução Indireta, sob o regime de empreitada por PREÇO GLOBAL, tipo Técnica e Preço, conforme descrição contida neste Convite e nos seus anexos. O procedimento licitatório obedecerá à Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e alterações posteriores, à Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, bem como à legislação correlata, demais exigências previstas neste Convite e seus Anexos.

DATA DO RECEBIMENTO DAS DOCUMENTAÇÕES, PROPOSTA TÉCNICA E PROPOSTA DE

PREÇOS: 04 de novembro de 2020

HORÁRIO: 9:00 (nove horas – horário local)

ENDEREÇO: [www.fundepes.br](http://www.fundepes.br)

ABERTURA E ANÁLISE DAS DOCUMENTAÇÕES: 04 de novembro de 2020 às 9h30 (nove horas e trinta minutos- horário).

### 1.0 - OBJETO

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa de engenharia especializada para a elaboração de Projeto Executivo necessário à construção do Laboratório de Biossegurança e Biocontenção Nível III a ser implantado em área na Rua “H” do Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes, HUPAA, localizado no Campus A.C Simões da Universidade Federal do Estado de Alagoas, UFAL, em Maceió, Alagoas, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Termo de Referência e demais Anexos deste Convite.

### 2.0 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no projeto 1555- PROJETO LABORATÓRIO NB3.

### 3.0 – DO PRAZO

3.1.1 O prazo de execução do objeto desta licitação será de 100 (cem) dias corridos, contados a partir do recebimento pela empresa vencedora, da Ordem de Início dos Serviços, emitida pela **FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO DE EXTENSÃO E PESQUISA – FUNDEPES**.

### 4.0 - DOS ELEMENTOS DA LICITAÇÃO

4.1. Integram a presente Carta-Convite, como partes indissociáveis, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Modelo de Carta-Contrato

Anexo III – Modelo de Carta de Apresentação de Proposta de Preços

Anexo IV – Modelo de Carta de Apresentação dos Documentos de Habilitação

Anexo V – Modelo de Solicitação de Esclarecimentos

Anexo VI – Modelo de Declaração de Cessão de Direitos

Anexo VII – Modelo de Carta de Declaração de Sigilo credenciamento

Anexo VIII – Modelo de Proposta Técnica (EP)

Anexo IX – Modelo de Proposta Técnica (EE)

Anexo X – Declaração de Equipe Técnica

Anexo XI – Proposta Proforma

Anexo XII – Modelo de Carta de Credenciamento

Anexo XIII – Modelo de Declaração de Condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

Anexo XIV – Declaração relativa à proibição do trabalho do menor (Lei nº 9.854)

Anexo XVI – Declaração de que recebeu todos os documentos pertinentes à licitação e de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações desta licitação

Anexo XVII – Modelo de Planilhas de Custos e Cronograma Físico-Financeiro

## **5.0 – DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO**

**5.1** - Na sessão pública para recebimento da documentação da habilitação e das propostas, o proponente/representante deverá enviar à Comissão de Licitação através do e-mail: [licitação@fundepes.br](mailto:licitação@fundepes.br) documento que o credencie a participar deste certame, enviando cópia da carteira de identidade ou outro documento equivalente.

**5.2** - Em casos de representação o credenciamento far-se-á através de procuração pública ou particular, ou, ainda, carta de credenciamento, conforme modelo apresentado no ANEXO XII do presente convite, que comprove os necessários poderes para praticar atos pertinentes ao certame, em nome da proponente.

**5.3** - Deverá ser apresentada cópia autenticada do respectivo estatuto, contrato social, ou documento equivalente e da última alteração estatutária ou contratual, devidamente registrado na junta comercial, no qual estejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

**5.4** - Cada licitante credenciará apenas um representante, que será o único admitido a intervir nas etapas desta licitação e a responder por sua representada, para todos os atos e efeitos previstos neste convite.

**5.5** - Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

**5.6** - O Licitante que desejar nomear representante para todos os atos, inclusive para a assinatura de contratos e/ou aditivos deverá apresentar Instrumento Procuratório Público.

**5.7** - O não envio das documentações para o credenciamento ou, ainda, a incorreção insanável de quaisquer dos documentos de credenciamento, impedirá o representante, que teve o seu credenciamento indeferido, de manifestar-se e/ ou apresentar recursos durante os trabalhos.

## **6.0 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**6.1** - Interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto nos artigos 18 e 19 da IN SG/MPOG nº 3, de 2018 e cadastrados ou não, no Sistema de Cadastramento da Fundação Universitária de Desenvolvimento de extensão e Pesquisa - FUNDEPES, que manifestarem seu interesse com antecedência de até 01 (uma) hora do horário limite para abertura das propostas, desde que também atendam a todas as exigências constantes deste Convite e seus Anexos.

**6.2** - Poderão participar desta Licitação os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, cadastrados ou não, escolhidos e convidados pelo órgão licitante em número mínimo de 3 (três), que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Convite e seus Anexos.

**6.3** - Poderão participar desta Licitação os interessados que satisfaçam todas as exigências estabelecidas neste Convite.

**6.4** - Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

- a) Em consórcios;
- b) Com falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretada, ou em processo de recuperação extrajudicial, em dissolução ou em liquidação, estrangeiras que não funcionem no País;
- c) Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com a FUNDEPES ou que estejam impedidas ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública e com a União.
- d) Empresas das quais participe, a qualquer título, servidor público da FUNDEPES.
- e) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.
- f) Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

**6.5** - As empresas participantes desde já admitem que conhecem e concordam com todas as normas contidas na presente Edital e em seus anexos.

## **7.0 - DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

**7.1** - As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte que desejarem fazer jus ao tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Capítulo 5, deverão, no ato do credenciamento ou juntamente com os documentos de habilitação, apresentar documento oficial que comprove essa condição (Art. 3º da LC 123/2006).

**7.2** - Entende-se por documento oficial: Declaração de Enquadramento, devidamente registrada na Junta Comercial; Declaração emitida pela Receita Federal; dentre outros.

**7.3** - O licitante acima identificado que não comprovar através de documento oficial, sua condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte não usufruirá do tratamento diferenciado estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 2006.

**7.4** - As microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, conforme determina o artigo 43 da LC 123/2006.

**7.5** - Havendo alguma restrição (comprovação da regularidade fiscal), será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**7.6** - A não-regularização da documentação, no prazo legal, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**7.7** - Nesta licitação, será assegurada como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme preconizam os artigos 44 e 45 da LC 123/2006.

**7.8** - O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá apresentar a respectiva declaração.

## **8.0 DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DE PROPOSTAS**

**8.1**- Cada licitante deverá enviar para o email: [licitacao@fundepes.br](mailto:licitacao@fundepes.br) três arquivos de documentos: um contendo os documentos de habilitação, outro com a proposta técnica e o outro com a proposta de preços, que deverão ser enviados separadamente identificados como: Documento de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de preços

**8.2** - O CNPJ indicado nos documentos de habilitação e de classificação - proposta técnica e proposta de preço - deverá ser do mesmo estabelecimento que efetivamente executará o objeto desta licitação.

**8.4** - Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos, apenas como forma de ilustração das propostas

## **9.0- DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

### **9.1- DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**9.1.1** - Para habilitação jurídica o licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, devidamente inscrita no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

- b) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- c) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;
- d) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

## 9.2 - DA HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA

### 9.2.1 - Para habilitação fiscal a empresa deverá apresentar:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal e/ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão de Quitação de Tributos e Certidão Quanto a Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal da sede do licitante, admitida a certidão positiva com efeito de negativa ou outra equivalente na forma da lei.
- d) Prova de regularidade perante a Seguridade Social (INSS) e perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- f) Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme exigência do inciso V do artigo 27 da Lei Nacional nº 8.666/1993 (Anexo XIV).

9.2.2 - As declarações que não indicarem expressamente o prazo de validade serão consideradas o prazo de 30 dias.

9.2.3 - Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitado.

9.2.3.1 - Havendo alguma restrição quanto à comprovação da regularidade fiscal das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.2.3.2- A não-regularização da documentação, no prazo estipulado, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem da classificação do certame.



### 9.3- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.3.1- A habilitação econômico-financeira far-se-á mediante a apresentação da:

- a) Certidão negativa de protesto, falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida há no máximo 90 (noventa) dias antes, contados da data da sua apresentação;
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- c) Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}};$$

### 9.4- DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

9.4.1- A habilitação técnica far-se-á mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Inscrição ou registro no Conselho de Engenharia e Agronomia-CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo-CAU da sede da licitante;
- b) Atestado(s), em nome da Empresa Licitante e dos profissionais responsáveis, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente registrado(s) nas entidades profissionais competentes, com as características especificadas para o objeto desta licitação;
  - b.1) Serão admitidos os atestados de serviços de complexidade operacional ou tecnológica equivalente ou superior às parcelas indicadas a seguir:
    - b.1.1) Arquitetura de edificações com Alta Contenção Biológica
    - b.1.2) Fundações e estruturas de edificações
    - b.1.3) Climatização e Ventilação Mecânica em ambientes de Alta Contenção Biológica
    - b.1.4) Sistemas Elétricos e Elétricos de Emergência
    - b.1.5) Sistemas Hidro Sanitários e de Tratamento de Efluentes em Áreas da Saúde
    - b.1.6) Telecomunicações e Automação Predial.

- b.2) Somente serão aceitos atestados e/ou certidão(ões) fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados pelo CREA ou pelo CAU.
- b.3) O(s) atestado(s) e/ou a(s) Certidão(ões) apresentada(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:
- b.3.1) Nome do contratado e do contratante
  - b.3.2) Identificação do contrato (tipo ou natureza do serviço)
  - b.3.3) Localização dos serviços
  - b.3.4) Serviços executados (Discriminação e quantidade dos serviços executados).
- c) Comprovação de que possui em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, Engenheiro Civil, Arquiteto, Engenheiro Mecânico, Engenheiro Elétrico, detentor (es) de Atestado(s) de Responsabilidade Técnica, devidamente acompanhado(s) das respectivas Certidão(ões) de Acervo(s) Técnico(s) (CAT), expedido(s) pelo CREA ou CAU do Estado em que foi realizado o serviço de característica semelhante às do objeto da licitação, cujas parcelas de maior relevância e valor significativo são referentes aos serviços elencados no subitem “b1” deste edital.
- c.1) A comprovação de que o profissional pertence ao quadro permanente da empresa licitante dar-se-á através:
    - c.1.1) No caso de vínculo empregatício: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), expedida pelo Ministério do Trabalho, contendo as folhas que demonstre o n.º de registro, qualificação civil, contrato de trabalho e última alteração de salário;
    - c.1.2) No caso de vínculo societário: ato constitutivo da empresa devidamente registrado no órgão de Registro de Comércio competente, do domicílio ou sede da licitante;
    - c.1.3) No caso de profissional autônomo contratado, contrato de prestação de serviço firmado pelas partes e devidamente registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos.
- d) Declaração de que manterá a frente dos serviços, em tempo integral, até o seu recebimento definitivo, o(s) profissional(s) responsável(s) técnico(s) indicado(s) na alínea “c”, deste subitem, admitindo-se a sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada previamente pelo órgão contratante; No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata alínea “c” poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993.
- d.1) Somente será admitida a substituição de qualquer profissional, cujos Atestados tenham contribuído para a classificação da licitante, por outro com acervo técnico equivalente ou superior ao apresentado na licitação para o profissional a ser substituído.
  - d.2) A proposta de substituição de profissional deverá ser feita por escrito, devidamente fundamentada, e incluirá a indicação do novo profissional com a comprovação de seu acervo técnico, acompanhada da baixa da ART ou RRT do profissional que está sendo substituído.
  - d.3) Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser apreciada e aprovada pela Fiscalização da FUNDEPES. Salvo por caso fortuito ou força maior, a eventual



substituição de profissional não poderá, em nenhuma hipótese, ser alegada como motivo para a alteração de quaisquer das condições contratuais, particularmente dos prazos.

- e) e) A Equipe Técnica deverá ter somente um Coordenador designado expressamente pelo licitante, que será o elemento de ligação entre a Contratada e o contratante durante a execução do contrato e deverá ter, necessariamente, habilitação em Engenharia Civil ou Arquitetura e deverá ser o detentor da CAT, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em coordenação.

## 10.0 DOS DOCUMENTOS DE PROPOSTA TÉCNICA

**10.1** - Através da proposta técnica, a licitante deverá comprovar sua capacidade e experiência no desempenho do escopo dessa licitação, isto é, comprovação de execução de serviços semelhantes e compatíveis em características, quantidades e complexidade tecnológica e operacional ao especificado no Termo de Referência, ANEXO I, deste Edital.

**10.2** - A Proposta Técnica deverá ser apresentada através do QUADRO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA TÉCNICA OPERACIONAL (Quadro A) e PROFISSIONAL (Quadro B), conforme ANEXOS VIII e IX deste edital.

**10.3** - Estar redigida em português, em papel timbrado da empresa, digitada, sem rasuras, entrelinhas ou emendas, com clareza e objetividade, sendo datada e assinada por representante da empresa proponente com poderes para tanto.

**10.4** - Conter a razão social, o CNPJ, a referência ao número do edital dia e hora de abertura e o endereço completo da licitante.

**10.5** - Informar os dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato (nome completo, endereço residencial, CPF, RG, Cargo e e-mail).

**10.6** - Todas as folhas DOS DOCUMENTOS DE PROPOSTA TÉCNICA deverão estar numeradas sequencialmente, da primeira à última, de modo a refletir o seu número exato.

**10.7** - Cada licitante poderá apresentar somente uma única proposta técnica, não sendo admitidas propostas alternativas.

**10.8-** A Proposta Técnica deverá comprovar, dentre outros, os seguintes requisitos:

- a) **Experiência da Empresa (EE)**
- b) **Experiência Profissional (EP)**

**10.9 - Experiência da Empresa** - A proponente deverá apresentar junto a documentação relativa a comprovação de sua experiência a **Certidão de Registro de Pessoa Jurídica** emitida pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA e/ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU da jurisdição da sua sede, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação.

**10.10-** Buscando aferir a **Experiência da Empresa** licitante deverão ser apresentados atestados em nome da licitante, considerando características e quantidades, para pontuação de acordo com o Quadro A:

### Quadro A – Experiência da Empresa (EE)

CAPACITAÇÃO TÉCNICA (CT)	ATESTADOS OBRIGATÓRIOS	PONTOS MÍNIMOS	PONTOS MÁXIMOS
Empresa Licitante	“Elaboração de projetos executivos para a construção de áreas de alta contenção biológica, com área mínima de intervenção de 500 m <sup>2</sup> ” [5 (cinco) pontos por atestado, no máximo de 3 (três) atestados]		
Empresa Licitante	“Elaboração de projetos executivos para a construção de edificações de saúde com área mínima de intervenção de 1.000 m <sup>2</sup> ” [3 (três) pontos por atestado, no máximo de 3 (três) atestados]		
TOTAIS MINIMOS E MAXIMOS			

10.11 - **Experiência Profissional** - A proponente deverá apresentar junto à documentação relativa à comprovação de sua Experiência Profissional, Certidões de Registro de Pessoa Física emitidas pelo CREA ou CAU da jurisdição do domicílio de cada profissional integrante da Equipe Técnica de Nível Superior, com formação em engenharia ou arquitetura e habilitação para a execução do escopo para o qual foi indicado como responsável técnico, com validade na data de recebimento dos documentos. Esta certidão será dispensada caso o nome do profissional conste como responsável técnico na certidão de registro de pessoa jurídica da licitante.

10.12 - Buscando aferir a sua capacidade técnico-profissional, a licitante deverá comprovar possuir em seu quadro permanente na data de abertura das propostas, conforme o subitem de letra “c” deste edital, profissionais de nível superior comprovando a realização de serviços semelhantes e compatíveis em características, quantidades e complexidade tecnológica e operacional ao especificado neste Edital.

10.13 - A proponente deverá apresentar Declaração dos profissionais que irão compor sua Equipe Técnica, conforme **Anexo X** deste edital - DECLARAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA. Esse termo deverá ser firmado pelo representante da Licitante.

10.14 - As disciplinas, cujos responsáveis técnicos deverão apresentar atestado da Experiência Profissional, para efeito de pontuação na licitação, estão dispostas no Quadro 1:

A Equipe Técnica deverá ter formação específica nas respectivas áreas de atuação, de acordo com as atribuições conferidas pelo CREA e/ou CAU. As disciplinas, cujos responsáveis técnicos deverão apresentar atestado quanto a Experiência Profissional para efeito de pontuação na licitação, são:

#### Quadro 1. DISCIPLINAS

PROFISSIONAL	ESCOPO
ARQUITETO E URBANISTA	PROJETOS DE ARQUITETURA
ENGENHEIRO CIVIL	PROJETO ESTRUTURAL
ENGENHEIRO CIVIL	PROJETOS DE INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS E TRATAMENTO DE EFLUENTES
ENGENHEIRO ELETRICISTA	PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
ENGENHEIRO MECÂNICO	PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO E VENTILAÇÃO MECÂNICA
ENGENHEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES	PROJETO DE REDE DE DADOS
ENGENHEIRO DE AUTOMAÇÃO	PROJETO DE AUTOMAÇÃO PREDIAL

10.15 - Observando o Acórdão nº 3.070/2013 do TCU “é legal, para a comprovação da capacidade técnico-profissional da licitante, a exigência de quantitativos mínimos, executados em experiência anterior, compatíveis com o objeto que se pretende contratar”. De acordo com o Relator, “a interpretação que mais se coaduna com o interesse da Administração de se resguardar quanto à real capacidade técnica da licitante de prestar adequadamente os serviços pactuados é a que vincula a vedação de exigências de quantidades mínimas ao número de atestados, e não aos serviços objeto dos atestados fornecidos”. Assim, serão adotados os critérios e parâmetros relacionados no **Quadro B**, considerados como relevantes e de complexidade similar ao objeto desta licitação para comprovação da Experiência Profissional.

#### **Quadro B – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**

ESCOPO	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (EP)	ATESTADOS OBRIGATÓRIOS	PONTOS MÍNIMOS	PONTOS MÁXIMOS
a)	Engenheiro ou Arquiteto e urbanista com acervo técnico emitido por órgão de classe competente comprovando:	Coordenação na Elaboração de projeto executivo para construção de edificações com áreas de alta contenção biológica. [5 (pontos) pontos por atestado, no máximo de 5(cinco) atestados]		
b)	Engenheiro civil com atribuição de cálculo estrutural com acervo técnico emitido por órgão de classe competente comprovando:	Elaboração de “projetos de cálculo estrutural de edifício administrativo ou escolar ou comercial ou hospitalar ou institucional” [5 (pontos) pontos por atestado, no máximo de 3 (três) atestados]		
c)	Engenheiro civil com atribuição de instalações hidrossanitárias	Elaboração de “projetos de instalações hidráulicas e/ou de tratamento de efluentes de edifício hospitalar ou laboratorial” [5 (pontos) pontos por atestado, no máximo de 2 (dois) atestados]		
d)	Engenheiro eletricitista com atribuição de instalações elétricas	“Elaboração de projetos de instalações elétricas de edifício hospitalar ou laboratorial” [5 (cinco) pontos por atestado, no máximo de 3 (três) atestados]		
e)	Engenheiro mecânico com atribuição de instalações de climatização e ventilação mecânica	“Elaboração de projetos de instalações de climatização e ventilação mecânica de áreas de alta contenção biológica” [5 (cinco) pontos por atestado, no máximo de 4 (quatro) atestados]		
f)	Engenheiro de telecomunicações com atribuição de projetos de redes de dados.	Elaboração de “Elaboração de projetos de instalações de telecomunicações de edifício administrativo ou escolar ou comercial ou hospitalar ou institucional” [5 (pontos) pontos por atestado, no máximo de 1 (hum) atestado]		
g)	Engenheiro de automação ou engenharia similar desde que comprovada a respectiva atribuição pelo órgão de classe	Elaboração de projetos de automação predial [5 (pontos) pontos por atestado, no máximo de 2 (dois) atestados]		
TOTAIS MINIMOS E MÁXIMOS				

10.16 - A licitante terá uma nota de **“Proposta Técnica”** resultante do somatório das notas atribuídas para **Experiência da Empresa (EE)**, **Experiência Profissional (EP)**, ou seja:

$$PT = EE + EP$$

10.17 - Serão desclassificadas as Licitantes cujas propostas técnicas não atenderem às condições e requisitos estabelecidos neste Convite e não serão divulgados os dados da proposta de preços.

## **11.0 DOS DOCUMENTOS DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**11.1** – No arquivo referente à proposta comercial devem constar os seguintes documentos:

**11.2** - A PROPOSTA, que deverá ser elaborada em papel próprio do Licitante, conforme ANEXO III, contendo o valor global dos serviços em R\$ (REAIS) em algarismo e por extenso, sem rasuras, emendas ou entrelinhas devidamente assinadas pelo seu representante legal.

**11.3** - O QUADRO/PLANILHA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS, conforme ANEXO XVII, elaborado em papel próprio da Empresa, contendo para cada item ou subitem, o preço unitário e total proposto, calculado pela multiplicação dos preços unitários pelas respectivas quantidades para obter-se o total do item ou subitem. Finalmente, os totais são somados para determinar o valor global da proposta, em R\$ (REAIS) correspondente a data da apresentação.

11.3.1.1 - Nesse quadro, devem ser informadas as taxas de BDI e Encargos Sociais adotadas e data de elaboração do mesmo, que se constituirá na data base, caso ocorra reajustamentos de preços.

11.3.1.2 - Os preços a serem aplicados para execução dos serviços serão unitários, especificados na planilha, que passará a integrar o Contrato, independentemente de transcrição. Os referidos preços deverão incluir todos os custos diretos e indiretos requeridos para execução dos serviços e quaisquer encargos que possam incidir nos serviços que serão executados.

11.3.1.3 - Para as unidades de medidas dos quantitativos dos serviços não será admitida “verba” ou outra similar que não demonstre objetivamente a quantidade dos serviços a serem executados. No entanto, quando a quantificação do serviço apresentar complexidade, será anexada ao orçamento a respectiva memória de cálculo.

11.3.2 - QUADRO DEMONSTRATIVO DA TAXA DE BDI (Bônus e Despesas Indiretas) - será apresentada a composição dos percentuais utilizados, preferencialmente, adotando a metodologia do CREA.

11.3.3 - Cronograma Físico-Financeiro, conforme modelo do ANEXO XVII, demonstrando:

11.3.3.1- Pelo sistema de barras, a evolução física da execução de cada item e/ou subitem de serviços.

11.3.3.2- Percentagens entre o valor global de cada item e o valor correspondente ao período de execução do item, compatibilizados com o cronograma físico;

11.3.3.3 - Valores mensais do faturamento previsto;

11.3.3.4 - Valores acumulados do faturamento previsto, ao longo da execução dos serviços.

**11.4** - A Proposta deverá ter validade de 120 (cento e vinte) dias.

**11.5** - Os documentos, referentes aos itens 11.3 a 11.3.3 deste Convite, deverão ser apresentados contendo o nome da concorrente, identificação do signatário com menção explícita do título do responsável técnico e respectiva assinatura, conforme Lei Federal 5.194 de 24/12/66, art. 14.

**11.6** - Fica facultado à Comissão Permanente de Licitação, quando do julgamento das propostas, solicitar da licitante que cotou menor preço, a apresentação da Planilha de Composição de Preços Unitários dos

serviços, a fim de que seja justificada a viabilidade, bem como coerência dos preços ofertados com os de mercado, e onde os coeficientes de produtividade sejam compatíveis com a execução do contrato.

**11.7** - Atendidas as exigências do edital, será calculado o Índice de Preço (IP) das propostas apresentadas pelos licitantes classificados no julgamento das Propostas Técnicas.

## **12.0 - DA ORDEM DOS TRABALHOS E JULGAMENTO**

**12.1** - No dia, hora e local designados neste Convite, em ato público, na página da Fundação, a COMISSÃO receberá, de uma só vez, os arquivos nº 01, nº 02 e nº 03, bem como as declarações complementares, e procederá à abertura da licitação.

**12.1.1** - Os atos públicos poderão ser acessados por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados.

**12.2** - Depois de ultrapassado o horário para recebimento dos arquivos, nenhum outro será recebido, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação ou proposta de preços apresentados.

**12.3** - A seguir, serão identificados os licitantes e proceder-se-á à verificação do arquivo nº 01 - Documentos de Habilitação.

**12.3.1** - O conteúdo do arquivo será disponibilizado pelos membros da CPL e para verificação dos licitantes ou por seus representantes.

**12.4** - A habilitação dos licitantes então será verificada, conforme item 13.0 deste Convite.

**12.5** - Dos licitantes inabilitados não serão informados os conteúdos dos artigos nº 02 e nº 03. Os mesmos só serão divulgados caso haja decisão favorável em eventual interposição de recurso de licitante inabilitado.

**12.6** - Após o procedimento de verificação da documentação de habilitação, o arquivo nº 02 - Proposta Técnica dos licitantes habilitados será analisado, na mesma sessão, depois de transcorrido o prazo legal para interposição de recurso ou após sua desistência, ou após decisão desfavorável que julgar o recurso eventualmente interposto.

**12.6.1** - Não ocorrendo a desistência expressa de todos os licitantes, quanto ao direito de recorrer, o arquivo nº 02 - Proposta Técnica não serão divulgados até a posterior abertura.

**12.6.2** - Se interposto o recurso, será o fato comunicado aos demais licitantes classificados que poderão impugná-lo no prazo legal.

**12.6.3** - Ultrapassada a fase de habilitação e abertas as propostas técnicas, não cabe desclassificar o licitante por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos superveniente ou só conhecidos após o julgamento.

**12.7** - Analisado o arquivo nº "2 – Proposta Técnica", será procedida a avaliação e a classificação das propostas técnicas apresentadas, mediante verificação de conformidade com os requisitos estabelecidos no ato convocatório para encontrar o valor da pontuação técnica, levando-se em consideração, para efeito de julgamento, os fatores de avaliação, com pontuações estabelecidas no Convite.

**12.8** - A Comissão, na mesma reunião e ao seu juízo exclusivo, poderá divulgar o resultado dessa fase, mediante comunicação direta aos interessados, através do site da Fundação [www.fundepes.br](http://www.fundepes.br), fato que deverá ser registrado em ata.



**12.9** - Quando todas as propostas técnicas forem desclassificadas, poderá ser fixado o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de novas propostas com eliminação das causas apontadas no ato de desclassificação.

**12.10** - Divulgado o resultado do julgamento e classificação das propostas técnicas, caso todos os representantes legais dos licitantes declararem expressamente por meio do email ([licitacao@fundepes.br](mailto:licitacao@fundepes.br)) que não têm a intenção de recorrer, tal fato deve constar necessariamente da respectiva ata divulgada imediatamente no site, e a sessão prosseguirá, com abertura dos arquivos que contenham as Propostas de Preços. Nesta hipótese a **Comissão não divulgará** os arquivos nº 03 – Proposta de Preços - dos licitantes cujas propostas foram desclassificadas e procederá a abertura dos arquivos 03 – Proposta de Preços - dos licitantes classificados.

**12.11** - Não ocorrendo a hipótese descrita no subitem anterior, elabora-se a ata respectiva, na qual devem estar registrados os nomes dos licitantes e os motivos que fundamentaram a sua desclassificação, procedendo-se a divulgação do resultado do julgamento e classificação das propostas técnicas no site da Fundação, aguardando-se o transcurso do prazo legal para interposição de recurso.

**12.11.1** - Se interposto o recurso, será o fato comunicado aos demais licitantes classificados que poderão impugná-lo no prazo legal.

**12.12** - Concluída a fase de classificação das propostas técnicas, serão abertos os arquivos que contenham as propostas de preços somente dos licitantes classificados tecnicamente, desde que transcorrido o prazo de interposição de recurso ou tenha havido desistência expressa dele, ou após terem sido julgados improcedentes os recursos interpostos.

- A **Comissão**, na mesma reunião e ao seu juízo exclusivo, poderá divulgar o resultado dessa fase, mediante comunicação direta aos interessados, fato que deverá ser registrado em ata.

**12.13** - Quando todas as propostas de preços forem desclassificadas, poderá ser fixado o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de novas propostas escoimadas das causas apontadas no ato de desclassificação.

**12.14** - Divulgado o resultado de julgamento e classificação das propostas de preços, caso todos os representantes legais dos licitantes e declararem expressamente que não têm a intenção de recorrer, tal fato deve constar necessariamente da respectiva ata.

**12.15** - Não ocorrendo a hipótese descrita no subitem anterior, elabora-se a ata respectiva, na qual devem estar registrados os nomes dos licitantes e os motivos que fundamentaram a sua desclassificação, procedendo-se a divulgação do resultado do julgamento e classificação das propostas de preços no site da Fundação, aguardando-se o transcurso do prazo legal para interposição de recurso.

**12.15.1** - Se interposto o recurso, será comunicado aos demais licitantes classificados que poderão impugná-lo no prazo legal.

**12.16** - Se por qualquer motivo a abertura dos arquivos não puder ser feita em uma única sessão, os arquivos não serão divulgados e o Presidente informará uma data e horário oportunamente marcado para outra sessão, a ser previamente divulgado aos licitantes

### **13.0 - DO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

**13.1** - Será considerado inabilitado o licitante que:

13.1.1 - Não apresentar os documentos exigidos neste Convite no prazo de validade e/ou devidamente atualizados, ou não comprovar a sua regularidade quanto aos documentos por ele abrangidos, através de consulta “on line”, no dia da abertura da licitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

13.2 - A intimação dos atos de habilitação ou inabilitação dos licitantes será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

#### **14.0 - DO JULGAMENTO DA PROPOSTA**

14.1 - Todas as propostas serão analisadas e julgadas em observância ao disposto no artigo 46, § 2º da Lei nº 8.666/93, com base na documentação apresentada nos arquivos 02, Proposta Técnica, e 03, Proposta de Preços e de acordo com as exigências estabelecidas neste Convite e seus anexos.

14.2 - Durante a análise das propostas, a **Comissão** poderá convocar os licitantes para esclarecimentos de qualquer natureza, pertinente às respectivas propostas.

14.3 - Caberá à **Comissão**, em despacho fundamentado, inabilitar, sem prejuízos de outras sanções cabíveis, os licitantes sobre os quais houver fato ou circunstância que, anterior ou posteriormente à abertura das propostas, desabone sua habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica ou qualificação econômico-financeira. A inabilitação não ensejará qualquer indenização ou ressarcimento por parte do órgão licitante.

14.4 - Caso haja erros ou divergências entre os valores, os mesmos serão retificados na seguinte forma: havendo discrepância entre os preços unitários e os preços totais, multiplicar-se-á o preço unitário pela quantidade, prevalecendo o preço unitário e corrigindo-se o preço total. Havendo divergência entre o valor em cifras e o por extenso, prevalecerá esse último.

14.5 - É de responsabilidade do licitante, a informação de quaisquer alíquotas de impostos. No caso de se constatar omissão da informação das alíquotas de quaisquer dos impostos incidentes, a **Comissão** considerará que os preços contemplam esses impostos nas alíquotas definidas por lei.

14.5.1 - Com relação à aplicação dos impostos, será sempre considerada a legislação em vigor na ocasião do recebimento das propostas, independente da época do fato gerador do imposto. As alterações de legislação pertinentes aos impostos aplicáveis, ocorridas após a data de apresentação das propostas e antes da divulgação do resultado, serão consideradas pela **Comissão** no julgamento da proposta.

14.6 - Os critérios para julgamento das Propostas Técnicas e de Preços serão os seguintes:

- a) Experiência da Empresa (EE)
- b) Experiência Profissional (EP)

#### **14.7 - Da Experiência da Empresa (EE):**

14.7.1 - Serão considerados para fins de pontuação técnica os seguintes Fatores de Avaliação:

CAPACITAÇÃO TÉCNICA (CT)	ATESTADOS OBRIGATÓRIOS	PONTOS MÍNIMOS	PONTOS MÁXIMOS
Empresa Licitante	“Elaboração de projetos executivos para a construção de áreas de alta contenção biológica, com área mínima de intervenção de 500 m <sup>2</sup> ” [5 (cinco) pontos por atestado, no máximo de 3 (três) atestados]	5	15
Empresa Licitante	“Elaboração de projetos executivos para a construção de edificações hospitalares, ou outros na área da saúde, com área mínima de intervenção de 1.000 m <sup>2</sup> ” [3 (três) pontos por atestado, no máximo de 3 (três) atestados]	3	9
TOTAIS DE MÍNIMOS E MÁXIMOS POSSÍVEIS		8	24

14.7.2 Da experiência Profissional (EP):

14.7.3 Serão considerados para fins de pontuação técnica os seguintes Fatores de Avaliação:

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (EP)	ATESTADOS OBRIGATÓRIOS	PONTOS MÍNIMOS	PONTOS MÁXIMOS
Engenheiro ou Arquiteto e urbanista com acervo técnico emitido por órgão de classe competente comprovando:	Coordenação na Elaboração de projeto executivo para construção de edificações com áreas de alta contenção biológica. [5 (pontos) pontos por atestado, no máximo de 5(cinco) atestados]	5	25
Engenheiro civil com atribuição de cálculo estrutural com acervo técnico emitido por órgão de classe competente comprovando:	Elaboração de “projetos de cálculo estrutural de edifício administrativo ou escolar ou comercial ou hospitalar ou institucional” [5 (pontos) pontos por atestado, no máximo de 3 (três) atestados]	5	15
Engenheiro civil ou Arquiteto com atribuição de instalações hidrossanitárias	Elaboração de “projetos de instalações hidráulicas e/ou de tratamento de efluentes de edifício hospitalar ou laboratorial” [5 (pontos) pontos por atestado, no máximo de 2 (dois) atestados]	5	10
Engenheiro eletricista com atribuição de instalações elétricas	“Elaboração de projetos de instalações elétricas de edifício hospitalar ou laboratorial” [5 (cinco) pontos por atestado, no máximo de 3 (três) atestados]	5	15
Engenheiro mecânico com atribuição de instalações de climatização e ventilação mecânica	“Elaboração de projetos de instalações de climatização e ventilação mecânica de áreas de alta contenção biológica” [5 (cinco) pontos por atestado, no máximo de 4 (quatro) atestados]	5	20
Engenheiro de telecomunicações com atribuição de projetos de redes de dados.	Elaboração de “Elaboração de projetos de instalações de telecomunicações de edifício administrativo ou escolar ou comercial ou hospitalar ou institucional” [5 (pontos) pontos por atestado, no máximo de 1 (hum) atestado]	5	5
Engenheiro de automação ou engenharia similar desde que comprovada a respectiva atribuição pelo órgão de classe	Elaboração de projetos de automação predial [5 (pontos) pontos por atestado, no máximo de 2 (dois) atestados]	5	10

**14.8** - A licitante terá uma nota de “Proposta Técnica” resultante do somatório das notas atribuídas para Experiência da Empresa (EE), Experiência Profissional (EP), ou seja:

$$PT = EE + EP$$

**14.9** - A licitante deverá obter o valor de proposta técnica mínima onde, a empresa que não obtiver a nota mínima, em cada um dos quesitos estabelecidos para avaliação da Experiência da Empresa “EE”, Experiência Profissional “EP” estará desabilitada.

Proposta Técnica	NOTAS	
	Mínimas	Máximas
Experiência da Empresa (EE)	8	24
Experiência Profissional (EP)	35	100
<b>Totais</b>	<b>43</b>	<b>124</b>

14.10- 14.10- Após calculada a pontuação técnica (PT) de todas as propostas apresentadas pelos licitantes habilitados, será selecionada a pontuação técnica máxima (PT<sub>max</sub>), dentre os referidos licitantes, para fins de cálculo do **Índice Técnico (IT)**. O Índice Técnico (IT<sub>i</sub>) será obtido mediante a divisão da pontuação técnica da proposta em exame (PT<sub>i</sub>), obtida conforme os critérios constantes neste edital, pela maior pontuação técnica dentre todas as propostas julgadas, de acordo com a seguinte fórmula:

$$IT_i = \frac{PT_i}{PT_{max}}$$

Onde:

**IT<sub>i</sub> = Índice Técnico da proposta em exame**

**PT<sub>i</sub> = Pontuação Técnica da proposta em exame**

**PT<sub>max</sub> = Maior pontuação técnica obtida entre os licitantes**

14.11 - Caso todas as Propostas Técnicas sejam desclassificadas, a Comissão poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para que os licitantes apresentem novas propostas sanadas das causas que determinaram sua desclassificação.

14.12 - A classificação das licitantes, cujas propostas sejam consideradas válidas, se dará mediante ponderação entre a pontuação obtida na Proposta Técnica, retratada pelo Índice Técnico (IT), e a obtida na Proposta de Preço, representada pelo Índice de Preço (IP).

14.13. Atendidas as exigências do edital, será calculado o Índice de Preço (IP) das propostas apresentadas pelos licitantes classificados no julgamento das Propostas Técnicas.

14.14. Para efeito de pontuação da PROPOSTA DE PREÇOS da licitante, o Índice de Preço (IP) será obtido mediante a divisão do menor preço proposto pelos licitantes classificados no julgamento das PROPOSTAS TÉCNICAS (P<sub>min</sub>) pelo preço da proposta em exame (P<sub>i</sub>):

$$IP_i = \frac{PI_{\min}}{P_i}$$

Onde:

**IP<sub>i</sub>** = Índice de Preço da proposta em exame

**PI<sub>min</sub>** = Menor Preço proposto entre os licitantes

**P<sub>i</sub>** = Preço da Proposta em exame

## 15.0 - DA NOTA FINAL E DO JULGAMENTO

**15.1** - O julgamento será feito pelo somatório das notas de PROPOSTA TÉCNICA e de PROPOSTA DE PREÇOS, sendo a nota de Proposta Técnica terá peso **60% (sessenta por cento)** e a **nota de Proposta de Preço terá peso de 40% (quarenta por cento)**, totalizando 100% (cem por cento) da pontuação.

**15.2** - Para a fixação dos fatores de ponderação na avaliação das propostas técnicas e de preço optou-se em dar um peso maior à nota técnica por se tratar de um serviço não comum de engenharia em que a experiência da licitante e sua equipe técnica permitirá melhor desempenho nas vistorias e análises e, consequentemente, produzir diagnósticos consistentes e priorizar intervenções mais efetivas para o empreendimento. Ao pontuar mais a proposta técnica que a proposta de preço, a FUNDEPES pretende valorizar as licitantes com mais qualificação técnica a fim de elevar a qualidade da infraestrutura, a eficiência na execução, a segurança da contratação e o atendimento ao interesse público, este último indisponível.

**15.3** - A classificação das licitantes, cujas propostas sejam consideradas válidas, se dará mediante ponderação entre a pontuação obtida na Proposta Técnica, retratada pelo Índice Técnico (IT), e a obtida na Proposta de Preço, representada pelo Índice de Preço (IP).

**15.3 -1.** A soma do Índice Técnico (IT) e do Índice de Preço (IP) representará a Nota Final (NF) das Propostas Técnica e de Preço, conforme a seguinte fórmula:

$$NF = (0,6 \times IT) + (0,4 \times IP)$$

Onde:

**NF** = Nota Final

**IT** = Índice Técnico

**IP** = Índice de Preço

**15.3 -2.** A obtenção do valor de ponderação das Propostas Técnica e de Preço (NF) representa o julgamento final das propostas.

**15.3 -3.** Após a ponderação, as licitantes serão classificadas na ordem decrescente do valor da Nota Final (NF), sendo considerada vencedora a licitante que obtiver maior pontuação na Nota Final (NF).

### 15.4- Proposta vencedora:

**15.4.1-** Será declarado vencedor o Licitante que, atendendo às condições estabelecidas no Convite e seus anexos, obtiver maior Nota Final (NF)

**15.4.2-** Na hipótese de igualdade de condições entre duas ou mais Propostas serão observados as disposições do Parágrafo 2º, do Artigo 3º, da Lei 8.666/93.



15.4.3- Nos casos em que inexistirem Propostas com direito à preferência, ou houver duas ou mais Propostas na mesma ordem de preferência, será considerada classificada em primeiro lugar a Proposta que obtiver a maior Nota Final (NF).

15.4.4- A fim de facilitar a análise, avaliação e comparação das Propostas, a **Comissão** poderá, se necessário, solicitar esclarecimentos sobre a(s) Proposta(s). A solicitação e a resposta serão feitas sempre por escrito. Os esclarecimentos apresentados não poderão, em qualquer hipótese, constituir-se em alteração de quaisquer das condições da Proposta.

15.5. - Para o julgamento das propostas, a **Comissão** poderá utilizar-se de assessoramento técnico específico na área de competência cabível, através de parecer que integrará o processo.

15.6. - Serão desclassificadas as propostas comerciais que:

15.6.1 - Contiver vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

15.6.2 - Estiver em desacordo com qualquer das exigências do presente Convite;

15.6.3 - Contiver oferta de vantagem não prevista no Convite, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou apresentar preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes;

15.6.4 - Apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato;

15.6.5 - Nessa situação, será convocado o licitante no prazo de cinco dias úteis para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, conforme parâmetros do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, sob pena de desclassificação.

15.6.6 - Não apresentarem tempestivamente as composições de custos, quando solicitadas pela **Comissão**.

15.7 - Ocorrendo empate entre 02 (duas) ou mais propostas, a preferência de contratação será dada a Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), operacionalizado do seguinte modo:

15.7.1 - Ocorre empate quando a ME ou EPP apresentar proposta igual ou até 10% (dez por cento) superior à melhor proposta;

15.7.2 - Havendo 02 (duas) ou mais propostas de ME ou EPP com propostas de até 10% (dez por cento) superiores à melhor proposta, e cujos valores sejam equivalentes, será realizado sorteio entre elas a quem se assegurará o direito de apresentar a melhor oferta (de acordo com artigo 45, III da Lei Complementar 123/06) e seguintes;

15.7.3 - A ME ou EPP melhor classificada ou assim definida em sorteio, conforme alínea “b” anterior será convidada a apresentar proposta melhor do que a primeira classificada e, neste caso, terá o objeto adjudicado, considerada a sua nova proposta, necessariamente melhor do que aquela anteriormente classificada;

15.7.4 - Recusando-se a apresentar nova proposta, será convidada a 2ª (segunda) ME ou EPP melhor classificada para exercer o direito descrito na alínea “c” acima; e,

15.7.5 - Se nenhuma ME ou EPP com proposta empatada com a melhor proposta exercer o direito que lhe é assegurado nos termos da alínea "c" supra, o objeto será adjudicado ao licitante que apresentou a melhor proposta.

15.7.6 - Verificada a situação do item 15.7.5 anterior, se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas na primeira classificação, a decisão será por sorteio, realizado em sessão pública, para o qual todos os licitantes serão convocados, a fim de que se obtenha a ordem de classificação dos licitantes.

15.8 - Após apurado o resultado, o mesmo será divulgado.

## **16.0 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

16.1- Divulgado o resultado final da Licitação, se todos os licitantes manifestarem expressamente, desistência em interpor recursos ou depois de transcorrido o prazo sem interposição de recursos ou, ainda, após o julgamento dos recursos interpostos, o processo será encaminhado para homologação da autoridade superior e adjudicação do objeto desta Licitação.

16.2 Se o vencedor for microempresas e/ou empresas de pequeno, serão obedecidas às regras previstas na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

## **17.0 - DO CONTRATO**

17.1 - Após a homologação da licitação, a Adjudicatária terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Convite.

17.1.1 - O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.

17.1.2 - Antes da assinatura do contrato, a contratada apresentará o visto do CREA/AL, quando sediada em outro Estado.

17.2 - É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista neste Convite.

## **18.0 - DA SUBCONTRATAÇÃO**

18.1 - É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

## **19.0 - DO REAJUSTAMENTO**

19.1 - Não haverá reajustamento nos preços propostos, salvo, se por razões supervenientes, os prazos ultrapassarem o período de 12 (doze) meses e serão realizados conforme os procedimentos e condições estabelecidos na minuta do Contrato que representa o ANEXO II - MINUTA CONTRATO deste Convite.

## **20.0 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE, DA CONTRATADA E DA FISCALIZAÇÃO**

**20.1** – Além das estabelecidas no Termo de Referência neste Convite e seus Anexos, deverão ser respeitadas as obrigações definidas em cláusula específica para cada parte na MINUTA DO CONTRATO, ANEXO II deste Convite.

## **21.0 – DOS PROCEDIMENTOS PARA OS PAGAMENTOS**

**21.1** - Os pagamentos serão efetuados mediante apresentação ao órgão contratante dos documentos hábeis de cobrança, nos termos e condições estabelecidas na minuta do Contrato que representa o ANEXO II - MINUTA CONTRATO deste Convite.

## **22.0 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**22.1** - A contratada que cometer qualquer das infrações previstas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 9.697/2012 e no Contrato ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções estabelecidas na minuta do Contrato que representa o ANEXO II deste Convite.

## **23.0 - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

**23.1** - Após a conclusão dos serviços contratados, a CONTRATADA, mediante requerimento ao dirigente da Fundação Universitária de Desenvolvimento de extensão e Pesquisa- FUNDEPES, poderá solicitar o recebimento dos mesmos, que deverão seguir os procedimentos descritos em cláusula específica constante na MINUTA DO CONTRATO, ANEXO II - deste Convite.

## **24.0 - DA RESCISÃO DO CONTRATO**

**24.1** - O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente a critério da Fundação Universitária de Desenvolvimento de extensão e Pesquisa- FUNDEPES, por acordo entre as partes ou por razões de ordem administrativa.

**24.2** - A Fundação Universitária de Desenvolvimento de extensão e Pesquisa - FUNDEPES, poderá rescindir unilateralmente o Contrato de pleno direito, independente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial e do pagamento de qualquer indenização pelos motivos descritos na Cláusula Décima Segunda da Minuta do Contrato, ANEXO II deste Convite e nos termos dos artigos 78 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **25.0 - DA PARALISAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**25.1** – Os procedimentos a serem adotados no caso de paralisação de serviços seguirão o disposto na Cláusula Décima Segunda da Minuta do Contrato, ANEXO II deste Convite.

## **26.0 - DOS RECURSOS**

**26.1** - Dos atos da Administração, praticados no curso desta licitação, serão admitidos os recursos e as impugnações a recursos, no prazo de 2 (dois) dias úteis, conforme o § 6º do art. 109 da Lei nº 8.666/93.

## **27.0 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**27.1** - Os interessados deverão estudar minuciosamente o Convite e seus Anexos, bem como todas as instruções, termos e especificações técnicas presentes, informando-se de todas as circunstâncias ou detalhes que possam de algum modo afetar a aferição dos custos e prazos envolvidos na execução do objeto desta licitação.

**27.2** - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**27.3** - A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Convite e seus Anexos, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.

**27.4** - É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

**27.5** - A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

**27.6** - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**27.7** - O Convite e seus Anexos poderão ser lidos e/ou obtidos no órgão, situado no endereço **Rua Ministro Salgado Filho, 78, Pitanguinha**, nos dias úteis, no horário das **8** horas às **17** horas. Os referidos documentos, também, estão disponibilizados, na íntegra, no endereço eletrônico **[www.fundepes.br](http://www.fundepes.br)**.

**27.8** - Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão com base nas disposições da Lei nº 8.666, de 1993, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.

**27.9** - Informar imediatamente a Fundação Universitária de Desenvolvimento de extensão e Pesquisa-FUNDEPES, quando ocorrer alteração do endereço comercial, telefones, e-mail, com vistas a possibilitar eventual recebimento de correspondências, comunicados, notificações dentre outros.

**27.10** - Fica eleito o Foro de Maceió, AL com renúncia dos demais por mais privilegiado que sejam, para dirimir quaisquer questões oriundas desta licitação, bem como do contrato a ser celebrado, depois de esgotadas todas as vias administrativas.

Maceió, 26 de outubro 2020

Comissão de Licitação